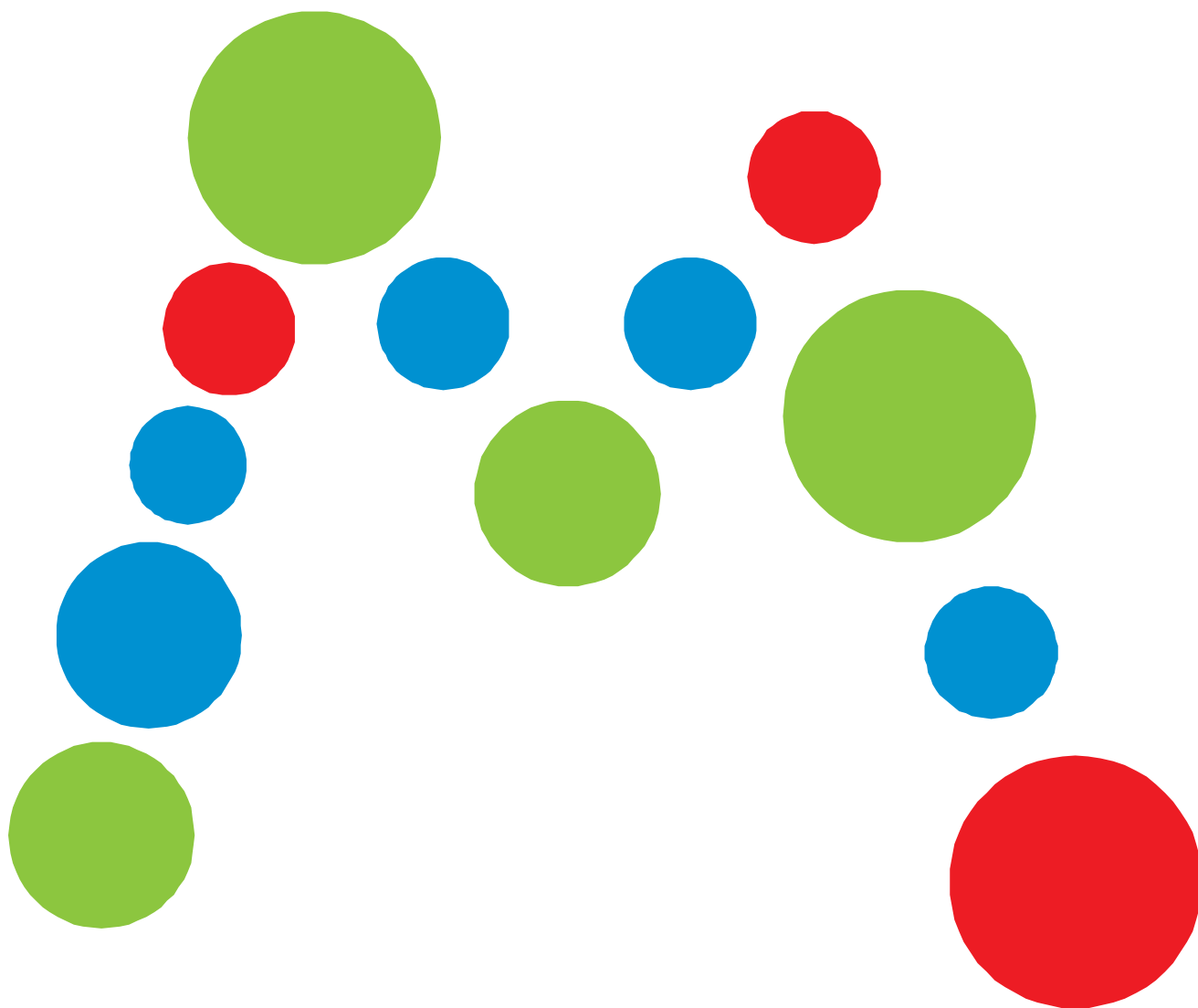


Mercados

informação regulamentar



Finlândia

Condições Legais de Acesso ao Mercado

Dezembro 2014



aicep Portugal Global

Índice

1. Regime Geral de Importação	3
2. Regime de Investimento Estrangeiro	4

1. Regime Geral de Importação

A Finlândia, como membro da [União Europeia](#) (UE), é parte integrante da [União Aduaneira](#), caracterizada, essencialmente, pela livre circulação de mercadorias e pela adoção de uma [política comercial comum](#) relativamente a países terceiros.

O [Mercado Único](#), instituído em 1993 entre os Estados-membros da UE, criou um grande espaço económico interno, traduzido na liberdade de circulação de bens, de capitais, de pessoas e de serviços, tendo sido suprimidas as fronteiras internas aduaneiras, fiscais e técnicas.

Deste modo, as mercadorias com origem na UE ou colocadas em livre prática no território comunitário (isto é, que sejam provenientes dos Estados terceiros em relação às quais forem pagos os direitos aduaneiros e que tenham cumprido as formalidade de importação) encontram-se isentas de controlos alfandegários, sem prejuízo, porém, de uma fiscalização no que respeita à respetiva qualidade e características técnicas.

Neste contexto, a [rede SOLVIT](#) é um mecanismo criado pela União Europeia para resolver problemas entre os Estados-membros resultantes da aplicação incorreta das regras do Mercado Único, evitando-se, assim, o recurso aos tribunais.

A [União Aduaneira](#) implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adoção da mesma legislação neste domínio – [Código Aduaneiro Comunitário](#) (CAC) / [disposições de aplicação](#) (apesar do novo [Código Aduaneiro da União](#) ter entrado em vigor a 30 de outubro de 2013, de acordo com o n.º 2, do artigo 288.º, a maioria das suas disposições só será aplicável a partir de 1 de maio de 2016, segundo [Retificação do Regulamento que estabelece o Código Aduaneiro da União](#), como é o caso da revogação do Regulamento n.º 2913/92, atual CAC), bem como a aplicação de iguais imposições alfandegárias aos produtos provenientes do exterior – [Pauta Exterior Comum](#) (PEC).

A regra geral de livre comércio com países terceiros não impede que as instâncias comunitárias determinem restrições às importações (fixação de contingentes anuais), quando negociados no seio da Organização Mundial de Comércio ([World Trade Organization](#)).

A PEC baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, sendo os direitos de importação na sua maioria *ad valorem*, calculados sobre o valor *CIF* das mercadorias.

Para além dos referidos encargos, há, também, lugar ao pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado ([Value Added Tax](#)). A taxa base de IVA na Finlândia é de 24%, a qual se aplica à grande maioria de bens e serviços; sobre os produtos alimentares, serviços de restauração e *catering* e alimentos para animais recai uma taxa reduzida de 14%; os medicamentos, livros, transportes públicos e atividades culturais, entre outros, são taxados a 10% ([Rates of VAT](#)).

Para além deste encargo sobre certos produtos, como tabaco, álcool etílico, bebidas alcoólicas, doces, gelados, refrigerantes, óleos minerais, eletricidade, gás natural, entre outros, são aplicados [Impostos Especiais de Consumo \(Excise Taxation\)](#).

Os interessados podem aceder a informação sobre os impostos e taxas na UE ([Taxation and Customs Union](#)), no [Portal Europa](#).

Regime de Investimento Estrangeiro

O Tratado da União Europeia consagra, entre outros princípios, a liberdade de circulação de capitais, de onde resulta um quadro geral do investimento estrangeiro comum em todo o espaço comunitário, nos limites decorrentes do princípio da subsidiariedade, sem prejuízo dos instrumentos legislativos estabelecidos pelos Estados-membros. Como país participante da UE, a Finlândia removeu restrições e obstáculos, gozando o investidor externo do mesmo tratamento dado ao nacional nas diversas áreas de atividade.

É permitido o investimento em empresas locais, com limites a observar apenas no setor da defesa e dos bens de dupla utilização, sob a responsabilidade e controlo do [Ministry of Employment and the Economy](#), sempre que estiver em causa a proteção do interesse nacional – [Act on the Monitoring of Foreign Corporate Acquisitions in Finland](#). Não existem restrições à repatriação de capitais e lucros e não se registam limitações no que respeita à criação de empresas no país.

Não obstante vigorar o princípio da liberdade de comércio, o exercício de algumas atividades necessitam de licença ou autorização a obter junto de entidades locais e regionais (ao nível municipal) em estreita ligação com departamentos/organismos governamentais ([Permits](#)).

Com o objetivo de promover, atrair e captar investimento externo, foi criada a agência governamental [Invest in Finland](#) que disponibiliza informação e serviços de apoio aos empresários estrangeiros que pretendam investir no país. Este organismo está integrado, desde 2012, na [FINTRO](#), entidade pública vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para o crescimento da economia finlandesa, tendo como atribuições 3 vertentes fundamentais:

- Promover a internacionalização das empresas nacionais e apoiar a sua atividade exportadora ([Export Finland – Internationalization Services](#));
- Captar investimento externo estruturante ([Invest in Finland](#));
- Dinamizar o turismo ([Visit Finland – Finnish Tourist Board, que integrará a FINTRO a partir de 1 de janeiro de 2015](#)).

Esta estrutura orgânica funciona na dependência e sob orientação do [Ministry of Employment and the Economy \(Promoting Internationalization of Enterprises / Promoting Foreign Investment / Tourism\)](#).

O Site [Enterprise Finland](#) faculta informação sobre os vários tipos de estabelecimento possíveis na Finlândia ([Starting a Business](#)), a gestão financeira ([Doing Business](#)), a contratação e o emprego ([Employing](#)), entre outra. As empresas deverão consultar, igualmente, os seguintes Guias de 2014: [Becoming an Entrepreneur in Finland \(Finnish Enterprise Agencies\)](#) e [Doing Cost-Effective Business in Finland \(Invest in Finland\)](#); em matéria laboral o Site do [Ministry of Employment and the Economy](#) divulga legislação em inglês ([Labour Legislation](#)) e no que respeita ao sistema tributário está disponível um breve apontamento na publicação [International Tax – Finland Highlights 2014 \(Deloitte\)](#).

Relativamente a ajudas ao investimento, importa destacar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional que visa reduzir as disparidades de desenvolvimento económico entre as diversas regiões, aumentar a competitividade empresarial e industrial (nomeadamente das PME) e fomentar o emprego ([Regional Development](#)). Os investidores estrangeiros, estabelecidos na Finlândia, podem candidatar-se a incentivos nacionais – as ajudas são canalizadas pelos [Centres for Economic Development, Transport and the Environment \(ELY Centres\)](#); existem 15 centros regionais que disponibilizam assessoria quanto à melhor localização dos projetos dos promotores e o acesso a vários tipos de apoio (ex.: financeiro, benefícios fiscais; empréstimos; ajuda à formação profissional e à contratação).

Com vista a complementar as medidas resultantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional os empresários podem, também, recorrer aos fundos comunitários que visam o aumento da coesão económica e social entre os Estados-membros e a redução das disparidades regionais ([Cohesion Policy and Finland, Structural Funds 2014-2020, European Commission](#)).

Mencionar, ainda, que as atividades de desenvolvimento e investigação e os projetos na área da inovação e da promoção de novos produtos, marcas, processos de fabrico, serviços e procedimentos, beneficiam de apoios a conceder, mediante apresentação de candidatura dos promotores, pela [Finnish Funding Agency for Technology and Innovation \(TEKES\)](#), desde que contribuam para o desenvolvimento económico do país; as ajudas viabilizadas assumem a forma de empréstimos ou incentivos financeiros ([International Companies – Developed Business in an Innovative and Supportive R&D Environment](#)); este fundo público disponibiliza vários programas para as empresas ([TEKES Programmes](#)). Informação adicional pode ser consultada, igualmente, na seguinte página: [Innovations \(Ministry of Employment and the Economy\)](#).

Ao nível bilateral, e de modo a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento, foi celebrada entre Portugal e a Finlândia uma [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#), a qual entrou em vigor em 14 de julho de 1971.

Nota:

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, os interessados podem aceder ao Site da aicep Portugal Global em [Mercados Externos](#) ou na “[Livreria Digital](#)”.